

# Sarney diz que o povo paga a conta

"Se eu estivesse sentado aí na sua cadeira, não faria o que você vai fazer", disse ontem, pelo telefone, o deputado Ulysses Guimarães, presidente do PMDB e da Constituinte, ao presidente da República, José Sarney.

O chefe do governo manteve sua decisão e, à noite, uma rede obrigatória de rádio e televisão pôs no ar a mais detalhada crítica que produziu, nos últimos dez meses, sobre os rumos da Constituinte.

"Os brasileiros receiam que a Constituição torne o País ingovernável", afirmou o presidente, acrescentando: "Isso não pode acontecer". O eixo de sua análise foi a estimativa de um impacto de US\$ 12,6 bilhões nas contas governamentais, em decorrência de despesas que estariam embutidas no texto constitucional aprovado no primeiro turno.

Com o discurso, Sarney levou ao limite a manobra iniciada na semana passa-

da por alguns líderes do bloco governista no Congresso, com o objetivo de abrir espaço para uma ampla revisão do texto da nova Carta antes mesmo do reinício das votações, previsto para hoje.

"Sei que (os constituintes) saberão encontrar as fórmulas para neste segundo turno corrigir o que precisa ser retirado do texto constitucional", afirmou.

Pela primeira vez, o governo atacou a Constituinte usando o argumento da defesa do contribuinte:

"Quem pagaria esta conta? O povo. Somente o povo. Pois é a sociedade, direta ou indiretamente, a única fonte de recursos públicos". Acenou com futuros aumentos de impostos, em consequência da ampliação do déficit público: "Além de novos tributos necessários para cobrir as despesas que estão sendo criadas, nós teríamos que sobrecarregar as famílias e as empresas com outras medidas fiscais".

Sua proposta, na essência, implicaria a mudança de pelo menos 40 dos 250 artigos já aprovados, abrangendo desde aspectos sobre a seguridade social ("custos adicionais de US\$ 5,6 bilhões por ano") a competência dos estados no âmbito da reforma tributária, o capítulo sobre o funcionalismo, o sistema de promoção de oficiais militares, o poder regulamentar da autoridade pública, a autonomia legislativa do Congresso e as anistias fiscais setoriais.

"As consequências que identificamos desembocam inexoravelmente no arrocho ao contribuinte, no desemprego, na escalada do déficit público, na hiperinflação, na inviabilidade dos programas sociais, no descrédito no exterior, no estrangulamento dos investimentos internos e externos, na recessão econômica e na permanente instabilidade política e institucional", afirmou.

O deputado Ulysses Guimarães, irritado, recusou-se a comentar. Um dos principais líderes do bloco conservador parlamentar, senador Jarbas Passarinho, considerou o pronunciamento "extremamente grave".

"Só faltou concitar as Forças Armadas e o público contra a Constituinte", disse o deputado Brandão Monteiro, líder do PDT. Para o líder do PCB, Roberto Freire, o presidente está "apostando no caos", com o que concorda Luis Inácio Lula da Silva, líder do PT: "O governo dele está saindo mais caro que esses modestos benefícios concedidos". O líder do governo no plenário, deputado Carlos Sant'Anna, ficou preocupado com a possibilidade de "acirramento do clima político".

"Agora já é tarde, ele ficou em cima do mandato e quer consertar tudo de uma só vez", comentou Roberto Della Manna, diretor da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). "Suspendendo a construção da ferrovia Norte-Sul e deixando de pagar a dívida externa haveria recursos", reagiu Jorge Coelho, da Central Única de Trabalhadores (CUT). "Ele fez tempestade em copo d'água", complementou Ricardo Baldino, da Central Geral de Trabalhadores (CGT).

(Ver páginas 6 e 8)